

PARA ALÉM DA ARQUITETURA MONUMENTAL: Água, mineração setecentista e saberes negros na construção da paisagem de Ouro Preto

BEYOND MONUMENTAL ARCHITECTURE: Water, eighteenth-century mining and Black knowledge in the construction of Ouro Preto's landscape

FERREIRA, Eduardo Evangelista
Universidade Federal de Ouro Preto. Pró-Reitoria de Infraestrutura
duevangelista@ufop.edu.br

RESUMO

Este artigo propõe uma leitura crítica da paisagem cultural de Ouro Preto a partir da articulação entre mineração aurífera setecentista, manejo das águas, transformação geológica do território e agência técnica das populações negras escravizadas. Parte-se da hipótese de que os processos de patrimonialização da cidade, ao privilegiarem a arquitetura monumental e o barroco colonial, contribuíram para silenciar dimensões estruturantes da antiga Vila Rica: a serra, os sistemas hídricos, as infraestruturas minerárias, os saberes técnicos africanos e afro-diaspóricos e os conflitos socioambientais que persistem no presente. Com base em abordagem interdisciplinar, mobilizam-se contribuições da geografia cultural, da arqueologia da mineração, dos estudos afro-diaspóricos, das epistemologias do Sul e da crítica ao discurso autorizado do patrimônio. O recorte empírico privilegia a Serra do Veloso e a região do Botafogo, áreas marcadas por elevada densidade arqueológica, relevância hídrica e conflitos relacionados à mineração contemporânea. Argumenta-se que Ouro Preto deve ser compreendida como paisagem cultural minerária integral, produzida pela interação histórica entre processos naturais, técnicos, sociais e culturais. Por fim, analisa-se a experiência da Mina Du Veloso como prática contemporânea de ressignificação da paisagem, educação patrimonial afrocentrada, valorização dos saberes negros e defesa de modelos territoriais sustentáveis.

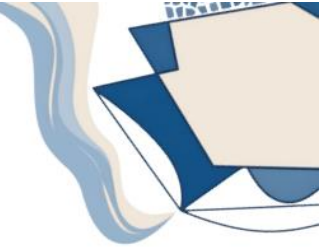
Palavras-chave: paisagem cultural; ancestralidade afro-diaspórica; mineração aurífera; água; patrimonialização.

ABSTRACT

This article proposes a critical reading of Ouro Preto's cultural landscape through the articulation of eighteenth-century gold mining, water management, geological transformation and the technical agency of enslaved Black populations. It argues that heritage-making processes in Ouro Preto, by privileging monumental architecture and colonial Baroque, have contributed to silencing structural dimensions of the former Vila Rica: the mountain range, water systems, mining infrastructures, African and Afro-diasporic technical knowledge and contemporary socio-environmental conflicts. Based on an interdisciplinary approach, the article draws on cultural geography, mining archaeology, Afro-diasporic studies, Southern epistemologies and the critique of authorized heritage discourse. The empirical focus is the Serra do Veloso and the Botafogo region, areas marked by archaeological density, hydrological relevance and disputes related to contemporary mining. The article argues that Ouro Preto should be understood as an integral mining cultural landscape, historically produced by the interaction between natural, technical, social and cultural processes. Finally, it analyzes Mina Du Veloso as a contemporary practice of landscape resignification, Afro-centered heritage education, recognition of Black technical knowledge and defense of sustainable territorial models.

Keywords: cultural landscape; Afro-diasporic ancestry; gold mining; water; heritage-making.

Eixo Temático 3: Paisagem cultural e água.



1 INTRODUÇÃO

Ouro Preto ocupa lugar central na história da preservação patrimonial brasileira e no imaginário internacional do barroco colonial. Reconhecida como Patrimônio Cultural da Humanidade, a cidade é frequentemente apresentada por suas igrejas, pontes, chafarizes, largos e casario, componentes essenciais de sua importância histórica. No entanto, essa leitura, quando isolada da serra, da água e da mineração que deram origem ao território, produz uma compreensão parcial da paisagem cultural ouro-pretana. A monumentalidade arquitetônica não pode ser tomada como totalidade: ela é uma camada visível de uma paisagem muito mais ampla, marcada por processos geológicos, técnicos, hídricos, sociais e raciais de longa duração.

Este artigo propõe uma leitura de Ouro Preto para além da arquitetura monumental. Defende-se que a antiga Vila Rica deve ser compreendida como paisagem cultural minerária, hídrica e afro-diaspórica, produzida pela interação entre mineração aurífera setecentista, manejo das águas, transformação do relevo, implantação de infraestruturas subterrâneas e agência técnica das populações negras escravizadas. A cidade, nessa perspectiva, não se encerra no conjunto edificado: ela se prolonga pelas encostas, pelas minas, pelos aquedutos, pelas áreas de recarga hídrica e pelas marcas materiais de um sistema produtivo que reorganizou profundamente a Serra de Ouro Preto.

A hipótese central é que os processos de patrimonialização de Ouro Preto, ao privilegiarem a arquitetura barroca e a excepcionalidade artística, contribuíram para silenciar dimensões estruturantes da formação territorial: a paisagem minerária, a base geológica, os sistemas hídricos históricos, os sítios arqueológicos e o protagonismo técnico de africanos e afrodescendentes escravizados. Essa seletividade não é apenas uma lacuna historiográfica. Ela possui consequências atuais, pois dificulta a leitura integrada dos riscos geotécnicos, da segurança hídrica, dos conflitos minerários contemporâneos e das possibilidades de construção de políticas públicas territorialmente responsáveis.

A paisagem atual de Ouro Preto, conforme sugere a Figura 1, deve ser compreendida como relação indissociável entre cidade e serra. A imagem evidencia que o núcleo urbano protegido se apoia em uma matriz geomorfológica e hídrica que não pode permanecer periférica nas políticas de patrimônio.



Figura 1 – Ouro Preto como cidade-serra: sobreposição entre arquitetura monumental e matriz geomorfológica da Serra de Ouro Preto. Fonte: acervo do autor.

O artigo adota abordagem interdisciplinar, articulando fundamentos da geografia cultural, da crítica patrimonial, da arqueologia da mineração, das epistemologias do Sul e dos estudos afro-diaspóricos. Como recorte empírico, privilegia-se a Serra do Veloso e a região do Botafogo, áreas de elevada densidade arqueológica, relevância hídrica e conflitos associados à mineração contemporânea. Em contraponto ao extrativismo predatório, analisa-se a Mina Du Veloso como experiência de ressignificação da paisagem cultural minerária, educação patrimonial afrocentrada e uso público responsável.

2 PAISAGEM CULTURAL, PATRIMÔNIO E SILENCIAMENTOS

A noção de paisagem cultural permite compreender o território como resultado histórico da interação entre natureza, técnica, cultura e relações sociais. Sauer (1925) definiu a paisagem cultural como transformação da paisagem natural por um grupo cultural ao longo do tempo, deslocando a análise da paisagem como cenário para a paisagem como produção histórica. Essa formulação é especialmente fecunda para Ouro Preto, onde a forma urbana, o relevo, os sistemas de água e as estruturas minerárias expressam camadas sucessivas de apropriação e transformação do território.

Milton Santos (1996) amplia essa perspectiva ao compreender a paisagem como acumulação desigual de tempos. Formas naturais, técnicas e sociais coexistem, revelando permanências e

rupturas. Em Ouro Preto, edificações, igrejas, becos, minas, canais, encostas instáveis, ruínas e nascentes compõem um palimpsesto territorial, que guarda várias camadas históricas e de tempo sobrepostas. O que se observa na superfície monumental não esgota a complexidade da cidade; ao contrário, frequentemente oculta a camada minerária e hídrica que a sustenta.

A crítica de Smith (2006) ao discurso autorizado do patrimônio contribui para compreender esse processo. As políticas patrimoniais, ao selecionarem determinados bens, sujeitos e narrativas como legítimos, tendem a marginalizar experiências subalternizadas. No caso de Ouro Preto, a narrativa hegemônica consolidou a centralidade da arquitetura barroca, dos artistas consagrados e da excepcionalidade estética, mas relegou a segundo plano a paisagem minerária, o trabalho do negro, os saberes técnicos africanos e a base geológica e hídrica do território.

A Figura 2 sintetiza esse processo de patrimonialização seletiva. Ao lado das dimensões historicamente valorizadas, como arquitetura barroca e conjuntos monumentais, aparecem as dimensões invisibilizadas: paisagem minerária, trabalho negro escravizado, base geológica e hídrica e sítios arqueológicos. Essa oposição não significa negar o valor da arquitetura, mas recolocá-la dentro de um sistema territorial mais amplo.



Figura 2 – Patrimonialização seletiva: dimensões valorizadas e dimensões invisibilizadas na leitura hegemônica de Ouro Preto. Fonte: elaboração do autor.

A colonialidade do poder, conforme formulada por Quijano (2005), também opera na produção do patrimônio. Ao hierarquizar saberes, sujeitos e formas de memória, a matriz colonial tende a reconhecer como universal aquilo que foi produzido pelas elites e a invisibilizar conhecimentos associados aos povos colonizados. As epistemologias do Sul, por sua vez, propõem a valorização de saberes historicamente subalternizados e a crítica às formas hegemônicas de conhecimento (SANTOS; MENESES, 2010). Aplicada a Ouro Preto, essa perspectiva exige reconhecer que populações negras escravizadas não foram apenas força de trabalho explorada, mas também sujeitos técnicos fundamentais na construção da paisagem.

Revisar a patrimonialização de Ouro Preto significa, portanto, ampliar o campo do patrimônio. Minas, galerias, barragens, mundéus, aquedutos, áreas de desmonte, caminhos minerários, nascentes e áreas de recarga hídrica devem ser reconhecidos como parte constitutiva da paisagem cultural. Do mesmo modo, é necessário reposicionar a ancestralidade afro-diaspórica como eixo interpretativo da formação territorial, e não como complemento marginal da narrativa colonial.

3 A MINERAÇÃO SETECENTISTA E A CIDADE COMO EXTENSÃO DA SERRA

A formação de Ouro Preto está diretamente relacionada à invasão colonial iniciada no final do século XVII, quando a descoberta do ouro transformou a Serra de Ouro Preto em infraestrutura produtiva do império português. A própria UNESCO assinala que Ouro Preto foi fundada no final do século XVII e se tornou ponto focal da corrida do ouro e da chamada idade do ouro brasileira no século XVIII (UNESCO, [s.d.]). Entretanto, a descrição patrimonial internacional enfatiza sobretudo igrejas, pontes, fontes e a excepcionalidade do barroco, o que reforça a necessidade de uma leitura mais integrada do sistema territorial que produziu esses monumentos.

A antiga Vila Rica não surgiu de um planejamento urbano abstrato. Sua forma foi condicionada pelas frentes de exploração aurífera, pela disponibilidade de água, pela topografia acidentada, pela circulação de trabalhadores e pelo controle econômico do território minerário. Ruas, becos, largos e áreas de ocupação devem ser lidos em relação às lavras, aos córregos, às nascentes, aos canais e aos caminhos de circulação do ouro. A cidade emerge como extensão do sistema minerário e hídrico.

A Figura 3, uma planta histórica da Cidade de Ouro Preto, evidencia a forte relação entre traçado urbano, relevo e drenagem. Mesmo em uma representação cartográfica voltada à cidade, a serra aparece como elemento estruturante, o que reforça a hipótese de que a paisagem urbana não pode ser separada da matriz geomorfológica que a produziu.



Figura 3 – Planta da Cidade de Ouro Preto (1888), evidenciando a relação entre relevo, traçado urbano e drenagem. Fonte: Biblioteca Nacional do Brasil.

A mineração aurífera colonial promoveu profundas transformações ambientais. Encostas foram desmontadas, cursos d'água desviados, canais construídos, galerias abertas e áreas de instabilidade ampliadas. Essas intervenções exigiam domínio prático sobre rochas, solos, circulação de águas e estabilidade de escavações. O conhecimento técnico mobilizado na mineração não se limitava aos agentes oficiais da Coroa ou aos proprietários de lavras. Ele dependia fortemente do trabalho e dos saberes de pessoas negras escravizadas, muitas delas oriundas de regiões africanas com tradição em mineração, metalurgia, manejo hídrico e leitura territorial.

Reconhecer essa agência técnica não implica suavizar a violência da escravidão. Ao contrário, permite evidenciar que a riqueza colonial foi produzida pela exploração brutal de corpos negros e também pela apropriação de seus conhecimentos. A narrativa colonial transformou esses sujeitos em força de trabalho anônima; a narrativa patrimonial posterior, ao centrar-se nos monumentos, muitas vezes reproduziu esse apagamento. Ler Ouro Preto como paisagem cultural minerária é recolocar esses sujeitos no centro da interpretação histórica.

4 ÁGUA, GEOLOGIA E ARQUEOLOGIA DA MINERAÇÃO

A água foi matriz técnica da mineração aurífera e condicionou a formação da paisagem de Ouro Preto. O controle de nascentes, córregos, canais e sistemas de condução definia a localização das frentes de exploração e a eficiência das técnicas de lavagem e desmonte. Por isso, os sistemas

hídricos históricos não devem ser tratados apenas como elementos naturais ou infraestruturais, mas como componentes culturais da paisagem minerária.

A Serra de Ouro Preto integra o Quadrilátero Aquífero/Ferrífero, uma das províncias geológicas mais importantes do Brasil. A compreensão de suas estruturas exige considerar a complexidade estratigráfica e tectônica regional, marcada por formações ferríferas, quartzitos, xistos, zonas de cisalhamento, dobras e veios associados à mineralização aurífera (DORR II, 1969; ALKMIM; MARSHAK, 1998). A mineração colonial, ao incidir sobre essa base geológica, reinterpretou a serra como máquina produtiva, transformando materiais, fluxos de água e formas de relevo.

A Serra do Veloso constitui recorte privilegiado para essa análise. Pesquisas de campo e experiências de interpretação territorial realizadas desde a década de 2010 indicam a presença de galerias, aquedutos, mundéus, estruturas de desmonte, abrigos e vestígios associados à mineração colonial (FERREIRA, 2017). A Figura 4 apresenta a distribuição de estruturas arqueológicas e sistemas de drenagem na região do projeto Minas do Veloso, mostrando a densidade e a integração entre mineração, água e relevo.

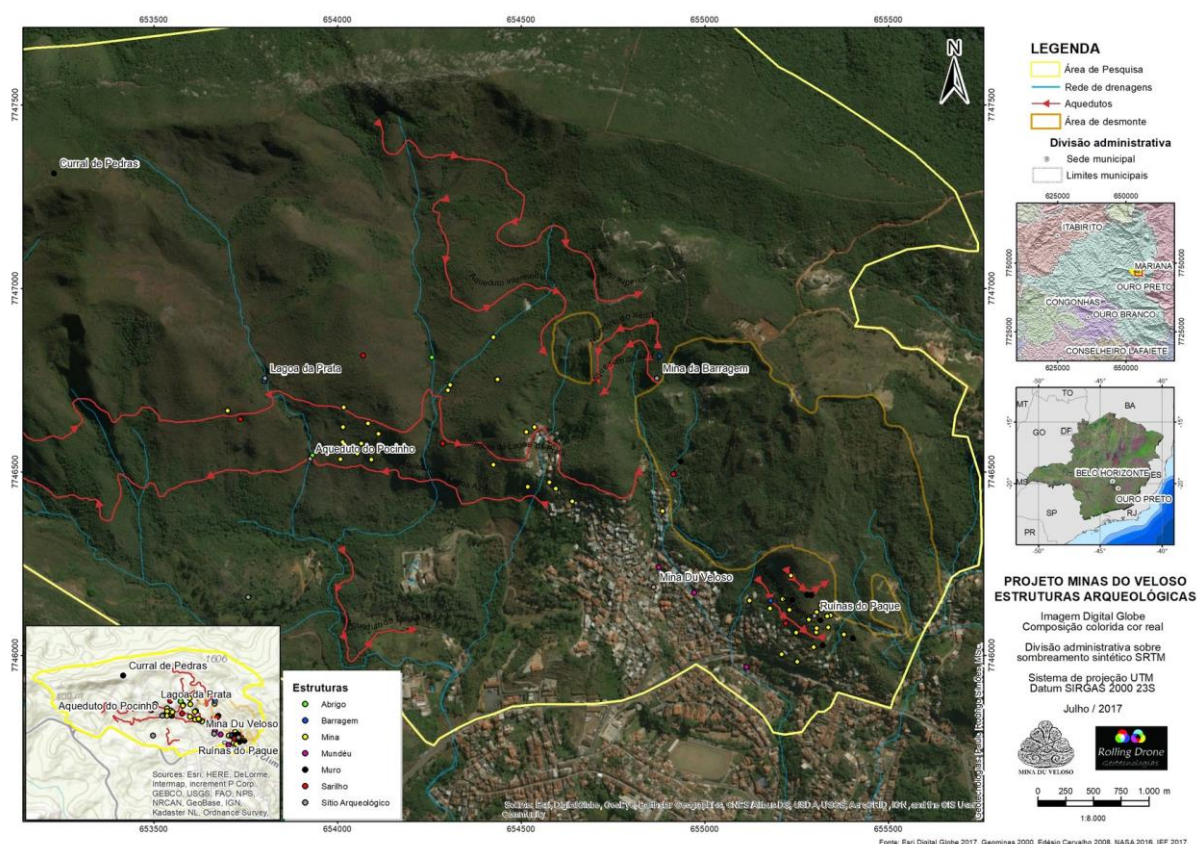


Figura 4 – Projeto Minas do Veloso: estruturas arqueológicas, rede de drenagem, aquedutos e áreas de desmonte na Serra do Veloso. Fonte: Mina Du Veloso/Rolling Drone, 2017.

As evidências materiais indicam que a paisagem minerária permanece hidrologicamente ativa. Galerias, canais e áreas de desmonte não são apenas vestígios mortos de um passado encerrado. Em muitos casos, continuam interferindo na circulação de águas superficiais e subterrâneas, na estabilidade de encostas e na vulnerabilidade de áreas urbanizadas. Essa condição torna a paisagem de Ouro Preto simultaneamente patrimônio e risco.

A Figura 5 permite visualizar a materialidade subterrânea dessa paisagem. A presença de água em galerias auríferas reforça a tese de que a mineração colonial não pode ser compreendida sem os sistemas hídricos que a sustentaram. A leitura patrimonial, quando restrita à superfície edificada, tende a ignorar essa cidade subterrânea, cuja existência desafia políticas convencionais de preservação.



Figura 5 – Galeria aurífera com presença de água, evidenciando a dimensão hídrica da mineração subterrânea colonial. Fonte: acervo Mina Du Veloso.

A arqueologia da mineração, nesse contexto, não deve ser compreendida apenas como identificação de ruínas. Ela permite interpretar relações técnicas, ambientais e sociais inscritas no território. Ao revelar estruturas de trabalho, circulação e manejo das águas, contribui para romper com a invisibilidade dos trabalhadores negros escravizados e para reconstituir a complexidade dos sistemas produtivos coloniais. Também oferece subsídios para políticas contemporâneas de gestão da paisagem, prevenção de riscos, educação patrimonial e turismo cultural responsável.

5 BOTAFOGO: PATRIMÔNIO, ÁGUA E MINERAÇÃO CONTEMPORÂNEA

A região do Botafogo evidencia que a mineração em Ouro Preto não é apenas passado. Ela permanece como conflito territorial contemporâneo, tensionando a relação entre desenvolvimento econômico, preservação da paisagem, segurança hídrica e justiça socioambiental. Trata-se de uma área de elevada relevância para a recarga de aquíferos e para o abastecimento de parcela expressiva da população local, além de compor a continuidade física e histórica da Serra de Ouro Preto.

A mineração contemporânea no Botafogo reproduz aspectos da lógica predatória colonial: apropriação intensiva da serra, fragilização dos sistemas hídricos, desconsideração da memória territorial e baixa valorização dos sujeitos que dependem da paisagem para viver. A Figura 6 apresenta uma imagem aérea de pressão minerária sobre área serrana, permitindo visualizar a ruptura entre superfícies vegetadas, vias de circulação e frentes de exploração.



Figura 6 – Pressões da mineração contemporânea sobre paisagens de relevância hídrica e territorial na região do Botafogo na Serra de Ouro Preto. Fonte: Movimento Preserve Botafogo.

Ainda que embargos ou paralisações administrativas possam interromper atividades específicas, eles não eliminam a necessidade de uma política estrutural para a paisagem. A presença de antigas estruturas minerárias, a circulação subterrânea de águas, a instabilidade de encostas e a importância dos mananciais tornam a região especialmente sensível. A gestão do território precisa articular patrimônio cultural, meio ambiente, defesa civil, saneamento, planejamento urbano e participação social.

A crítica à mineração contemporânea no Botafogo não se limita à oposição entre preservação e desenvolvimento. O ponto central é discutir quais modelos de desenvolvimento são compatíveis com uma paisagem cultural de alta densidade histórica, hídrica e arqueológica. Quando o licenciamento ambiental é incapaz de reconhecer a complexidade do território, o risco não é apenas ambiental; é também patrimonial, social e político.

6 MINA DU VELOSO: RESSIGNIFICAÇÃO DA PAISAGEM CULTURAL MINERÁRIA

Em contraponto ao extrativismo predatório, a experiência da Mina Du Veloso, desenvolvida desde 2014, constitui prática de ressignificação da paisagem cultural minerária de Ouro Preto. Localizada na Serra do Veloso, a iniciativa articula pesquisa empírica, educação patrimonial, turismo cultural, valorização da ancestralidade negra e mediação crítica do território.

A centralidade da Mina Du Veloso não está apenas na visita turística a galerias coloniais, mas na mudança de eixo interpretativo. A experiência desloca o protagonismo das elites coloniais e dos agentes oficiais para os trabalhadores negros escravizados, reconhecendo-os como sujeitos técnicos da paisagem. Essa mediação permite que o visitante compreenda a mineração como sistema de violência, conhecimento, resistência e transformação territorial.

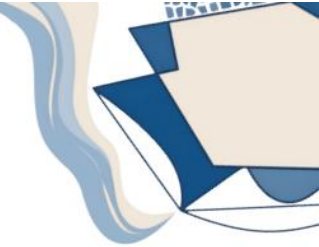
A educação patrimonial, conforme Horta, Grunberg e Monteiro (1999), envolve processos de leitura, apropriação e interpretação dos bens culturais. No caso da Mina Du Veloso, essa educação é afrocentrada porque assume a ancestralidade negra como chave de leitura. O objetivo não é apenas informar sobre a mineração colonial, mas produzir consciência crítica sobre racismo, trabalho, território, água e patrimônio.

A iniciativa demonstra que a paisagem minerária pode ser apropriada de modo não predatório. Em vez de transformar a serra em jazida, propõe-se entendê-la como território de memória, ciência, educação, turismo responsável e defesa da vida. Essa experiência contribui para construir alternativas econômicas e culturais que articulam preservação, justiça socioambiental e desenvolvimento territorial.

7 REVISAR A PATRIMONIALIZAÇÃO PARA CONSTRUIR FUTUROS

A revisão da patrimonialização de Ouro Preto é condição fundamental para enfrentar os desafios contemporâneos. A cidade não pode ser protegida apenas como cenário histórico ou conjunto de fachadas. Ela deve ser compreendida como sistema territorial complexo, no qual patrimônio cultural, segurança hídrica, prevenção de riscos, justiça racial e desenvolvimento sustentável estão profundamente conectados.

Essa revisão exige incorporar a paisagem minerária e hídrica como eixo das políticas públicas. É necessário mapear e monitorar as minas, galerias, canais, nascentes, áreas de recarga, estruturas



arqueológicas e zonas de risco; integrar órgãos de patrimônio, meio ambiente, defesa civil, saneamento e planejamento urbano; fortalecer mecanismos de participação social; e construir políticas de preservação que reconheçam a centralidade dos povos negros na formação do território.

A Recomendação da UNESCO sobre a Paisagem Urbana Histórica aponta para a necessidade de integrar conservação patrimonial, desenvolvimento urbano e contexto territorial (UNESCO, 2011). Em Ouro Preto, essa integração precisa avançar da cidade monumental para a cidade-serra, reconhecendo que a proteção do patrimônio depende da proteção das águas, das encostas, dos sítios arqueológicos e das memórias afro-diaspóricas.

A paisagem cultural de Ouro Preto é, ao mesmo tempo, paisagem de risco e de potência. Risco porque abriga estruturas minerárias coloniais, instabilidades geotécnicas, sistemas hídricos sensíveis e pressões extrativistas contemporâneas. Potência porque guarda possibilidades de reparação histórica, educação crítica, turismo responsável, inovação em políticas públicas e construção de futuros sustentáveis.

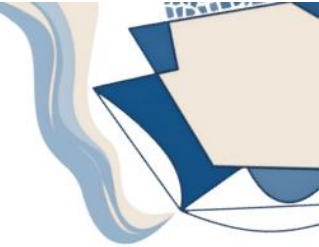
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A leitura de Ouro Preto para além da arquitetura monumental permite compreender a cidade em sua complexidade histórica, territorial e política. A paisagem cultural ouro-pretana não é apenas barroca, colonial ou urbana. Ela é minerária, hídrica, geológica, afro-diaspórica, arqueológica e conflitiva.

A mineração aurífera setecentista transformou profundamente a Serra de Ouro Preto, reorganizando relevo, águas e formas de ocupação. Essa transformação foi realizada majoritariamente por populações negras escravizadas, cujos saberes técnicos foram fundamentais para a produção do território, embora permaneçam subalternizados nas narrativas oficiais. A patrimonialização de Ouro Preto, ao privilegiar a monumentalidade arquitetônica, contribuiu para invisibilizar essa paisagem ampliada.

Reconhecer Ouro Preto como paisagem cultural minerária integral é passo necessário para enfrentar os silenciamentos do passado e os riscos do presente. A Serra do Veloso e a região do Botafogo demonstram que patrimônio, água, mineração e segurança territorial não podem ser tratados separadamente. A mineração contemporânea, quando incide sobre áreas de relevância hídrica e arqueológica, recoloca em disputa o sentido da paisagem e o futuro da cidade.

A experiência da Mina Du Veloso mostra que outros caminhos são possíveis. Ao articular educação patrimonial afrocentrada, turismo cultural, pesquisa territorial e valorização da ancestralidade negra,



a iniciativa contribui para ressignificar a paisagem minerária e construir práticas de preservação comprometidas com justiça socioambiental.

Revisar a patrimonialização de Ouro Preto não é apenas corrigir uma lacuna historiográfica. É uma tarefa política, ética e territorial. Trata-se de reconhecer que a cidade histórica só poderá construir futuros sustentáveis se for capaz de olhar para sua serra, suas águas, suas minas, seus sujeitos invisibilizados e suas contradições contemporâneas. Para além da arquitetura monumental, Ouro Preto é paisagem viva: construída pela mineração, sustentada pela água, marcada pela violência colonial e atravessada pela resistência negra.

REFERÊNCIAS

ALKMIM, Fernando Flecha; MARSHAK, Stephen. Transamazonian orogeny in the southern São Francisco craton region, Minas Gerais, Brazil: evidence for Paleoproterozoic collision and collapse in the Quadrilátero Ferrífero. *Precambrian Research*, v. 90, n. 1-2, p. 29-58, 1998.

DORR II, John Van Nostrand. Physiographic, stratigraphic, and structural development of the Quadrilátero Ferrífero, Minas Gerais, Brazil. Washington: U.S. Geological Survey, 1969. (Professional Paper 641-A).

FERREIRA, Eduardo Evangelista. Patrimônio mineiro na Serra do Veloso em Ouro Preto: registro, análise e proposição de circuitos geoturísticos. Dissertação (Mestrado em Geociências) – Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2017. Disponível em: <https://www.repositorio.ufop.br/items/921d47a3-40a9-4f9c-be4a-afd3f376e904>

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. Guia básico de educação patrimonial. Brasília: IPHAN; Museu Imperial, 1999.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SAUER, Carl Ortwin. The morphology of landscape. *University of California Publications in Geography*, Berkeley, v. 2, n. 2, p. 19-54, 1925.

SMITH, Laurajane. *Uses of heritage*. London: Routledge, 2006.

UNESCO. *Recommendation on the Historic Urban Landscape*. Paris: UNESCO, 2011.

UNESCO WORLD HERITAGE CENTRE. *Historic Town of Ouro Preto*. Paris: UNESCO, [s.d.]. Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/list/124/>. Acesso em: 8 jul. 2026.